

Senado aprova imposto pedido por Jatene

O Senado aprovou ontem em primeiro turno, por 57 votos a favor, 13 contra e duas abstenções, a Contribuição sobre Movimentação Financeira (CMF) para financiar as ações do governo na área da saúde.

A decisão será votada em segundo turno, até o dia 10 de novembro, e ainda será submetida à Câmara para poder entrar em vigor.

O texto aprovado, de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), permite ao governo cobrar 0,25% sobre toda movimentação financeira por dois anos.

“Eu tinha confiança de que o Senado entenderia a necessidade da saúde”, comemorou o ministro da Saúde, Adib Jatene, que acompa-

nhou a votação do seu gabinete.

O governo espera arrecadar cerca de R\$ 6 bilhões anuais para reforçar o caixa do setor. O ministério tem um déficit de R\$ 2,4 bilhões no orçamento deste ano.

Surpresas — Na votação, duas surpresas: a bancada do PFL, a princípio contra o tributo, votou maciçamente a favor, enquanto a do PT, que era a favor, obedeceu à determinação da executiva nacional do partido e votou contra.

Constrangido com o enquadramento dos dirigentes do partido, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que vai pedir à executiva que reconsidere a decisão.

“Vou conversar com Lula e José

Dirceu (ex e atual presidentes da legenda) para convencê-los a liberar a bancada a votar na CMF no segundo turno”, disse Jatene.

A proposta aprovada ontem autoriza o governo a instituir a CMF exclusivamente para ações e serviços de saúde.

Uma vez aprovada também na Câmara, o governo estará apto a regulamentar o tributo, num prazo de 90 dias depois.

A regulamentação pode ser feita por medida provisória — o que torna sua vigência imediata —, decreto ou projeto de lei. Neste último caso, porém, a tramitação é mais lenta. Nessa hipótese, a CMF só entraria em vigor no segundo semestre de 1996.

Glauco Dettmar



Barbalho: dossiê sobre o Cofins não funcionou na tentativa de convencer os senadores a votarem contra a Contribuição